Moita, interino — 1.ª classe;
 Silves, interino — 1.ª classe;
 1.ª de Sintra, interino — 1.ª classe;

Registo comercial:

Lisboa — 1.ª Secção — 1.ª classe;

Notariado:

Cartório Notarial de Competência Especializada de Aveiro — 1.ª classe;

Cartório Notarial de Competência Especializada de Matosinhos — 1.ª classe.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Constituem requisitos de admissão ser conservador ou notário e pertencer ou ter pertencido ao quadro da espécie do lugar, desde que nela estejam classificados pelo menos de *Bom*.

4 — O concurso rege-se pelas disposições pertinentes do Regulamento acima citado, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento dirigido ao director-geral dos Registos e do Notariado, Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, com indicação da respectiva identificação, categoria funcional, classe pessoal e classificação de serviço.

6 — Os concorrentes que se habilitem a mais de um lugar deverão indicar no respectivo requerimento a ordem de preferência no provimento.

7 de Novembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso n.º 10 523/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que Mário Rui Luz Francisco, guarda, foi notificado em 19 de Setembro de 2005 da pena disciplinar de aposentação compulsiva que lhe foi aplicada por despacho de 15 de Julho de 2004 do Ministro da Justiça.

28 de Janeiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 23 912/2005 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Novembro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues:

Francisco José Verdial Azedo Calado, especialista-adjunto do escalão 9 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de sector na mesma Polícia — renovada a referida comissão.

António José Pereira Russo, especialista-adjunto do escalão 8 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de sector na mesma Polícia — renovada a referida comissão.

António Joaquim dos Santos Teixeira, especialista-adjunto do escalão 9 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de núcleo na mesma Polícia — renovada a referida comissão.

Maria Clotilde Cavaco Andrade Neto, especialista auxiliar do escalão 8 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de núcleo na mesma Polícia — renovada a referida comissão.

Maria Manuel Marques de Oliveira Gomes, especialista auxiliar do escalão 7 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de núcleo na mesma Polícia — renovada a referida comissão.

José Carlos Carvalho de Oliveira, especialista auxiliar do escalão 5 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço

o cargo de chefe de núcleo na mesma Polícia — renovada a referida comissão.

Maria Adélia dos Santos Vasconcelos Amorim, especialista auxiliar do escalão 4 do quadro do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de núcleo na Polícia Judiciária — renovada a referida comissão.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 23 913/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Outubro de 2005, no uso de competência delegada:

Licenciada Paula Cristina Máximo Monteiro Grünhagen, técnica profissional de reinserção social de 2.ª classe, da carreira técnica profissional de reinserção social, do quadro de pessoal deste Instituto — renovada a licença sem vencimento por um ano, com efeitos a 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.

Despacho (extracto) n.º 23 914/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 27 de Outubro de 2005, no uso de competência delegada:

Licenciada Isabel Maria das Neves Ribeiro, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal deste Instituto — autorizado o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento por um ano, com efeitos a partir de 17 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.

Rectificação n.º 1905/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 22 629/2005, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 2 de Novembro de 2005, rectifica-se que onde se lê «Maria da Graça Supico Serra» deve ler-se «Maria da Graça Supico Rato».

9 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 23 915/2005 (2.ª série). — O regime jurídico da produção cartográfica no território nacional, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho, determina que a cartografia oficial conste de listagens aprovadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, cabendo ao Instituto Geográfico Português promover a respectiva publicação no *Diário da República*.

De entre os organismos a quem está legalmente cometida a competência para assegurar a cobertura do território com cartografia topográfica e hidrográfica, compreendem-se o Instituto Geográfico Português, I. P. (IGP), e o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) para a cartografia topográfica e o Instituto Hidrográfico (IH) para a cartografia hidrográfica, conforme decorre do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º do referido Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional através do despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho, aprovo as listagens da cartografia oficial produzida pelos Instituto Geográfico Português, I. P. (IGP), Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) e Instituto Geográfico (IH), constantes dos anexos I, II e III, respectivamente.

6 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.